



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2019.

Processo Administrativo nº 008010/2019.

DISPÕE SOBRE O ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2019, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA DRECON CONSTRUTORA EIRELI.

Pelo presente instrumento, de um lado a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, CEP: 66020-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, **Excelentíssimo Senhor Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 920.464.362-53 e portador da Cédula de Identidade nº 4709040 PC/PA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **DRECON CONSTRUTORA EIRELI**, com sede na Passagem União nº 62, Bairro Águas Lindas, Ananindeua – Pará, CEP 67.110-790, inscrita no CNPJ sob o nº 18.665.556/0001-62, neste ato representada pelo **Sr. Augusto César Viana Soares Filho**, residente e domiciliado na Avenida Pedro Álvares Cabral nº 264, Apto. 3401, Bairro Umarizal, Belém – Pará, CEP 66.050-400, portador da Carteira de Identidade nº 4861091 PC/PA e CPF/MF nº 879.668.402-04, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com o Pregão Presencial nº 001/2019-CPL/ALEPA.

JUSTIFICATIVA DO TERMO ADITIVO

CONSIDERANDO que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ** em decorrência do Pregão Presencial nº 001/2019 CPL/ALEPA, firmou o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2019**, com a empresa **DRECON CONSTRUTORA EIRELI**, para execução da "PINTURA GERAL DA FACHADA DO PREDIO SEDE E ANEXOS DA ALEPA", conforme estabelecido o LOTE VIII do referido Pregão;

CONSIDERANDO que a Contratada protocolou requerimento dirigido a **CONTRATANTE** expondo a necessidade de dilatação do prazo de execução ao objeto do Contrato em epígrafe;

CONSIDERANDO que a Comissão de Fiscalização de Obras manifestou-se favorável as razões apresentadas pela **CONTRATADA**, e de igual modo, sugeriu também a prorrogação por mais 90 (noventa) dias do prazo de vigência em razão dos efeitos e obrigações provenientes do retro citado instrumento, tendo em vista a proximidade do fim da vigência contratual;

CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo em epígrafe têm a natureza de ser um **Contrato por escopo**, portanto, nessa espécie, o prazo contratualmente estabelecido não serve à definição do objeto, mas apenas à demarcação do tempo concedido ao contratado para a sua entrega;

CONSIDERANDO que parte significativa da doutrina defende que os Contratos de escopo se extinguem pela conclusão do seu objeto e não pelo mero esgotamento do prazo, subsistindo enquanto não concluído o objeto.

1

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA. – Cep: 66.020-070
Telefone: (91) 3213-4200 / CPL: (91) 3182-8423 / 3213-4261

DANIEL BARBOSA SANTOS
Assinado de forma digital por DANIEL BARBOSA SANTOS
9204643
2020.03.12 06:25:53 -03'00'



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação

CONSIDERANDO entendimento de Ronny Charles, nesses casos:

“o prazo de execução previsto no instrumento contratual é apenas moratório, não representando a extinção do pacto negocial, mas tão somente o prazo estipulado para sua execução.”

TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de licitações públicas comentadas*. 5ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 504.

CONSIDERANDO ainda que expirado o prazo de vigência previsto no contrato, o contrato subsistiria enquanto não concluído seu objeto, operando o prazo como limite de tempo para entrega da obra ou do serviço sem sanções contratuais.

CONSIDERANDO que o doutrinador Helly Lopes Meirelles, por sua vez, defende que:

“nestes contratos o prazo é apenas limitativo do cronograma físico, e será prorrogado (com ou sem mora das partes) tantas vezes quantas sejam necessárias para a conclusão da obra independentemente de previsão contratual”

MEIRELLES, Hely Lopes. *Licitação e Contrato Administrativo*. 10ª edição. São Paulo: RT, 1991, p. 230.

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União também já firmou entendimento, neste sentido:

Nos contratos por escopo, inexistindo motivos para sua rescisão ou anulação, a extinção do ajuste somente se opera com a conclusão do objeto e o seu recebimento pela Administração, diferentemente dos ajustes por tempo determinado, nos quais o prazo constitui elemento essencial e imprescindível para a consecução ou a eficácia do objeto avençado.

Acórdão 1674/2014-Plenário, TC 033.123/2010-1, relator Ministro José Múcio Monteiro, 25.6.2014.

CONSIDERANDO que estão observados os princípios da eficiência, economicidade e da vantajosidade à celebração do presente Termo Aditivo;

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, cumprindo todas as formalidades legais, resolvem firmar o **4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2019**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente instrumento tem como fundamentos jurídicos a Cláusula Sexta e a Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 023/2019, c/c os incisos I, II e IV, do § 1º, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto os **ADITAMENTOS DE PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2019**, com fundamentação jurídica estabelecida na Cláusula 1ª deste instrumento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado, por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 023/2019, que vigorará no período compreendido entre **03 de março de 2020 a 31 de maio de 2020**, nos termos da fundamentação jurídica constante da Cláusula Primeira deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica prorrogado, por 50 (cinquenta) dias, o prazo de execução do Contrato Administrativo nº 023/2019, que vigorará entre **18 de dezembro de 2019 até 05 de fevereiro de 2020**, nos termos da fundamentação jurídica constante da Cláusula Primeira deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para atender as despesas decorrentes do presente ajuste, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará valer-se-á de recursos orçamentários ainda não comprometidos com outras despesas, respeitados os respectivos elementos de despesas e programas de trabalho, considerando-se a seguinte classificação orçamentária, exercício de 2020:

- 01101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1496.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas
- 3.0.00.00 – Despesas Correntes
- 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
- 3.3.90.00 – Aplicação Direta
- 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 023/2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Belém-PA, 03 de março de 2020.

DANIEL
BARBOSA
SANTOS:9204643
6253

Assinado de forma digital
por DANIEL BARBOSA
SANTOS:92046436253
Dados: 2020.03.12
06:33:49 -03'00'

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
DEPUTADO DANIEL BARBOSA SANTOS
CONTRATANTE

DRECON CONSTRUTORA EIRELI
AUGUSTO CÉSAR VIANA SOARES FILHO
CONTRATADA